

## NOTA DO EDITOR

---

*Nothing can we call our own but death*

William Shakespeare,  
*Richard II* Act III. Sc.2. L.148.

Um argumento conhecido, na ficção científica e noutras discussões acerca da existência de vida inteligente para além do planeta Terra, é que apenas uma questão seria realmente importante na diferença entre os seres humanos e possíveis seres de outras esferas do universo. Se os habitantes do espaço forem mortais, se morrem como nós morremos, então serão basicamente iguais a nós, não obstante as diferenças. Se não conhecem a morte, então quaisquer semelhanças com os humanos serão incomensuráveis com esta diferença radical entre a morte e a eternidade da vida. A morte é a única coisa que os habitantes de um mundo impermanente podem chamar sua. No entanto, a ideia de o indivíduo poder dispor da propriedade da sua morte constitui um inerente problema religioso. No caso da teologia cristã, a questão é particularmente importante. A morte de Cristo representa, nesta perspectiva, a ruptura com a incorrigibilidade de que ninguém pode morrer por nós. Cristo morreu por nós, ou em lugar dos seres humanos, porque a ressurreição de Cristo significa a morte da morte, a promessa de que todos, um dia, irão viver a ressurreição que Cristo viveu. Quem abrevia o seu tempo de vida, porém, restitui a morte no universo contra a dádiva da ressurreição, no corpo místico de Cristo.

O artigo de Laura F. Santos demonstra que esta persuasão beatificada sobre o significado último da vida se encontra hoje confrontada com novas posições radicais em relação à consciência de morrer. O artigo trata da morte voluntária assistida, o caso de doentes que estão em situação de grande sofrimento, com impossibilidade de cura e que preferem acelerar, como uma decisão própria, o fim da sua

vida. A questão criticamente importante é que a reclamação do direito a morrer é colocada no quadro de direitos responsáveis e reconhecidos numa sociedade de democracia e emancipação, como, em última instância, o direito a não sofrer. Este artigo é um valioso documento, pelo detalhe e rigor no inventário de referências jurídicas, naqueles países que, até ao momento, desenvolveram legislação sobre a morte voluntária assistida e sobre as organizações, na sociedade civil, engajadas na defesa desse direito.

E em vez de a decisão de morrer constituir a expressão quintessencial de um secularismo sem Deus, manifesta, ao contrário, em muitos casos, uma decisão espiritual. A questão provocativa é a ruptura com a ideia redemptória de sofrimento. Não é o sofrimento que nos salva. Os casos relatados testemunham a exortação de que a vida se vive com os outros, de modo que a morte voluntária assistida não é um acto de isolamento ou solidão, mas é acompanhada, do ponto de vista médico, e tem lugar na presença de quem nos amou, na vida, até ao fim. O artigo é, neste sentido, uma importante discussão sobre o equívoco em definir a morte assistida como suicídio assistido.

Por outro lado, reflectindo o facto de que os ensaios críticos, nesta revista, podem incluir acontecimentos e referências documentais ocorridos ao longo do semestre entre os dois números, publicados em Abril e Outubro, o artigo de Laura F. Santos, neste número de Abril de 2007, incorpora testemunhos actualizados de Julho de 2007.

Os dois artigos seguintes, de Ana Vasconcelos e Filipe Arantes-Gonçalves, exploram avanços recentes na relação entre psicanálise e neurociência. Ana Vasconcelos refere o estado da arte nesta conjunção, no campo da pedopsiquiatria, incluindo a atenção pelas transformações culturais e dos padrões familiares e de género na sociedade actual. Por sua vez, Filipe Arantes-Gonçalves aborda as novas direcções da neuropsicanálise, que reúne o estudo da mente com o estudo do cérebro, no tratamento das situações de confabulação, anosognosia e sonhos.

O artigo de Manuel Menezes, finalmente, é uma discussão sobre biopolítica, abordando o modo como a tradição crítica de Michael Foucault foi assimilada e re-adaptada por Michael Hardt e Antonio Negri, na sua teoria de que novas condições de controle e vigilantismo, no mundo de hoje, possuem, no entanto, importantes possibilidades emancipatórias, perante o que consideram a imperialização da relação entre poder globalizado e economia liberal.